



Forças políticas de extrema direita no Brasil podem levar a Amazônia ao ponto de não retorno

Far-right political forces in Brazil may push the Amazon to a tipping point

**Fuerzas políticas de extrema derecha en Brasil pueden llevar a la
Amazonía al punto de no retorno**

Gustavo Rodrigues Canale ¹ 
Marco Antonio Mitidiero Junior ² 
Leonardo de Carvalho Oliveira ³ 
Luciana Gosi Pacca ⁴ 
Ane Auxiliadora Costa Alencar ⁵ 
Tasso Azevedo ⁶ 
Larissa Mies Bombardi ⁷ 
Braulio Ferreira de Souza Dias ⁸ 
Fernanda Jófej Kaingáng ⁹
Marcos Reis Rosa ¹⁰ 
Rafaella Almeida Silvestrini ¹¹ 
Ariovaldo Umbelino de Oliveira ¹² 
Carlos Walter Porto-Gonçalves. *In memoriam* ¹³ 
Leandro Jerusalinsky ¹⁴ 

¹ Grupo de Ecologia Aplicada, Instituto de Ciências Naturais, Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso, Sinop, MT, Brasil. Instituto Ecótono, Sinop, MT, Brasil. grcanale@gmail.com

² Departamento de Geociências, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil. mitidierousp@yahoo.com.br

³ Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, RJ, Brasil. Programa de Pós-graduação em Ecologia e Conservação da Biodiversidade, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, BA, Brasil. Bicho do Mato Instituto de Pesquisa, Belo Horizonte, MG, Brasil. leonardoco@gmail.com

⁴ Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Primatas Brasileiros, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio/CPB), Cabedelo, PB, Brasil. luciana.pacca@icmbio.gov.br

⁵ Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, Brasília, DF, Brasil. ane@ipam.org.br

⁶ Observatório do Clima, MapBiomias, São Paulo, SP, Brasil. tasso.azevedo@gmail.com

⁷ Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, SP, Brasil. larissa.bombardi@gmail.com

⁸ Departamento de Ecologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil. bfsdias@gmail.com

⁹ Instituto Kaingáng (INKA), Ronda Alta, RS, Brasil. Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual (INBRAPI), Brasília, DF, Brasil. institutokaingang@hotmail.com

¹⁰ Programa de Pós-graduação em Geografia Física, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. mrosa@areplan.com.br

¹¹ Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, Brasília, DF, Brasil. rafaella.silvestrini@ipam.org.br

¹² Professor Titular do Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. ariovaldo.umbelino@gmail.com

¹³ Professor titular no Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense.

¹⁴ Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Primatas Brasileiros, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio/CPB), Cabedelo, PB, Brasil. ljerusalinsky@gmail.com

Resumo

A distribuição espacial dos votos para a eleição presidencial de 2022 no Brasil, sobreposta à extensão dos biomas brasileiros, indicou uma divisão política dentro de algumas ecoregiões. Destacou-se uma prevalência de apoiadores da extrema direita no sul da Amazônia, enquanto uma concentração de votos para a centro-esquerda foi observada na região mais preservada ao norte da Amazônia brasileira e também no bioma Caatinga. Na Amazônia Legal, houve uma forte relação positiva entre a proporção de votos por município para o ex-presidente de extrema direita Jair Bolsonaro e a perda total de floresta acumulada nos 36 anos anteriores a essa eleição (1985-2001) em cada município. Essa região de alta taxa histórica de desmatamento é, também, onde há uma concentração de diversos crimes e práticas que impulsionam impactos ambientais e sociais, tais como grilagem de terras públicas, mineração em territórios indígenas, extração ilegal de madeira em áreas protegidas, expulsão de populações tradicionais e ampliação no uso de agrotóxicos e no porte de armas. O fortalecimento e a continuidade da convergência entre essas políticas e práticas pode levar a Amazônia ao ponto de não retorno para sua recuperação e manutenção de seus serviços ecossistêmicos, gerando impactos ambientais, sociais e econômicos irreversíveis. A reversão dessa tendência depende da atuação dos poderes executivo, legislativo e judiciário, nas três esferas (municipal, estadual e federal), e passa pela eleição de forças políticas locais e regionais que representem contrapontos às agendas anti-socioambientais que se encontram fortalecidas no atual contexto.

Palavras-Chave: crimes ambientais; arco do desmatamento; eleições; conflitos agrários; áreas protegidas.

Abstract

The spatial distribution of votes for the 2022's presidential election in Brazil overlaid with the range of the Brazilian biomes indicated a political division within these ecoregions. A high number of supporters to the far-right concentrated in the southern Amazon, while a concentration of votes for the center-left wing was observed in the most pristine region of the Brazilian Amazon and also in the Caatinga biome. In the Legal Amazon, there was a strong positive relation between the proportion of votes per municipality for the far-right former president Jair Bolsonaro and the total forest loss accumulated in the last 36 years prior to this election (1985-2021) in each municipality. This region with a historical high rate of deforestation also concentrates various crimes and practices that drive environmental and social impacts, such as land grabbing in public land, mining in indigenous territories, illegal logging in protected areas, expulsion of traditional populations and increased use of agro-chemicals and gun permits. The strengthening and continued convergence of these policies and practices may lead the Amazon to a tipping point, which prevents the recovery and maintenance of its ecosystem services, triggering irreversible environmental, social and economic impacts. Reversing this trend depends on measures and actions of the executive, legislative and judicial powers, in all three spheres (municipal, state and federal), and involves the election of local and regional political forces that represent counterpoints to the anti-socio-environmental agendas that are being strengthened in the current context.

Keywords: environmental crimes; arc of deforestation; elections; agrarian conflicts; protected areas.

Resumen

La distribución espacial de los votos en las elecciones presidenciales del 2022 en Brasil, superpuesta a la extensión de los biomas brasileños, indicó una división política dentro de algunas ecorregiones. Se destacó una prevalencia de partidarios de la extrema derecha en el sur de la Amazonía, mientras que se observó una concentración de votos hacia la centroizquierda en la región más preservada al norte de la Amazonía brasileña y también en el bioma Caatinga. En la Amazonía Legal, hubo una fuerte relación positiva entre la proporción de votos por municipio para el expresidente de extrema derecha Jair Bolsonaro y la pérdida total acumulada de bosques en los 36 años anteriores a esta elección (1985-2021) en cada municipio. Esta región con alta tasa histórica de deforestación es también donde se concentra una variedad de crímenes y prácticas que impulsan impactos ambientales y sociales, como la apropiación ilegal de tierras públicas, la minería en territorios indígenas, la tala ilegal en áreas protegidas, la expulsión de poblaciones tradicionales y el aumento del uso de pesticidas y armas. El fortalecimiento y la continuidad de la convergencia entre estas políticas y prácticas podría llevar a la Amazonía a un punto de no retorno para su recuperación y la preservación de sus servicios ecosistémicos, generando impactos ambientales, sociales y económicos irreversibles. La reversión de esta tendencia depende de la actuación de los poderes ejecutivo, legislativo y judicial, en los tres niveles (municipal, provincial y federal), y pasa por la elección de fuerzas políticas locales y regionales que representen un contrapunto a las agendas antisocioambientales que se han fortalecido en el contexto actual.

Palabras clave: crímenes ambientales; arco de la deforestación; elecciones; conflictos agrarios; áreas protegidas.

Nota Introdutória

Uma primeira versão do presente texto foi escrita de forma quase emergencial entre o primeiro e o segundo turnos da eleição presidencial de 2022 no Brasil, na qual se opuseram o então presidente Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva. Foi um momento político de encruzilhada e, dependendo do resultado, a temática que motivou a redação deste documento teria um futuro certo: a ampliação da devastação ambiental com graves consequências sociais, as quais nos conduziriam a um ponto sem retorno em diversos aspectos, mas particularmente à Amazônia em termos ecossistêmicos. Ao visualizar a cartografia dos votos para ambos os candidatos à presidência da república no primeiro turno, uma não-coincidência foi claramente constatada: o então presidente e candidato à reeleição Jair Bolsonaro venceu nas urnas em municípios com maiores taxas de desmatamento. A exatidão na congruência do mapa dos votos para Bolsonaro com a região que abriga a já sedimentada expressão na literatura acadêmica de “Arco do

Desmatamento” era inequívoca e assustadora. Em face a esse mapa, os pesquisadores, militantes e acadêmicos de diferentes segmentos, que assinam esta publicação, na urgência do seu tempo, compuseram, a várias mãos, um texto-denúncia, alguns escrevendo o texto base, outros redigindo trechos específicos ou realizando ajustes, e todos aprovando a versão final. O texto foi originalmente escrito em inglês, pois o objetivo, naquele momento, era informar à comunidade internacional o que estava ocorrendo e o que poderia estar por vir. A publicação acabou não sendo feita na ocasião, e o artigo ficou em compasso de espera, sendo progressivamente atualizado e lapidado. Como estamos prestes à realização de eleições municipais no Brasil, em outubro de 2024, sendo que a análise aqui apresentada foi justamente baseada na votação por municípios nas eleições presidenciais imediatamente anteriores (2022), este projeto de publicação voltou à tona.

Por fim, é importante ressaltar que este texto é assinado pelo professor, geógrafo e militante Carlos Walter Porto Gonçalves, que nos deixou em 2023. Poucos dias antes da sua partida, entramos em contato com ele para consultá-lo sobre a possível publicação da primeira versão deste artigo, e ele prontamente respondeu: “contem comigo!”.

O Brasil, uma das maiores democracias do mundo, é um país megadiverso que abriga dois *hotspots*¹⁵ de biodiversidade, a Mata Atlântica e o Cerrado (Mittermeier *et al.*, 2005) e três *wilderness areas*¹⁶, o Pantanal, a Caatinga e a Amazônia (Mittermeier *et al.*, 2002). Esta última é a maior floresta tropical e compõe o maior ecótono do planeta, na zona de transição com as florestas secas do Cerrado. Nas últimas três décadas, esse país sul-americano de dimensões continentais enfrentou uma sucessão de eventos disruptivos em sua história democrática recente – a saber, dois presidentes que sofreram *impeachment*, a prisão do primeiro colocado nas intenções de votos para as eleições

¹⁵*Hotspots* é um conceito que se refere às 35 ecorregiões do mundo com mais rica e insubstituível biodiversidade, identificadas, primariamente, por níveis excepcionais de diversidade e endemismo de plantas (>1.500 espécies) e, ao mesmo tempo, que estão altamente ameaçadas, com perda acumulada de 70% ou mais de sua cobertura vegetal original.

¹⁶*Wilderness areas* é um conceito que se refere a 37 grandes ecorregiões naturais com alta biodiversidade e que ainda estão relativamente bem preservadas, caracterizadas por manterem pelo menos 70% da sua cobertura original e possuem densidades populacionais de menos de cinco pessoas por quilômetro quadrado. Apesar de estarem bem menos ameaçadas do que os *Hotspots*, essas áreas estão sob crescente ameaça pela ação humana.

presidenciais de 2018 com base em ações judiciais posteriormente extintas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), ameaças ao STF por políticos de extrema direita, ataques de políticos de extrema direita à credibilidade do bem estabelecido sistema de votação eletrônica usado desde 1996. Em outubro de 2022, o país enfrentou a nona e uma das mais disputadas eleições presidenciais desde que a ditadura militar deixou o poder em 1985. Isso foi seguido por protestos e tentativa de atentado na data da diplomação do presidente eleito pelo STF, em 12 de dezembro de 2022, e pela invasão dos prédios de seus três poderes políticos – judiciário, legislativo e executivo – poucos dias após a sua posse, em 8 de janeiro de 2023. Ambos os eventos foram alegadamente promovidos por forças econômicas e políticas de extrema direita, que apoiavam o ex-presidente Jair Bolsonaro e defendiam um golpe de Estado contra Luís Inácio Lula da Silva, eleito para seu terceiro mandato presidencial representando uma frente ampla de centro-esquerda.

O governo de extrema direita de Bolsonaro (janeiro/2019-dezembro/2022) é acusado de envolvimento, ou negligência, em muitos crimes e escândalos ambientais e sociais. Apesar das intrincadas relações entre alguns desses assuntos, não nos concentraremos na forma desastrosa e criminoso com que Bolsonaro lidou com a pandemia da COVID-19 (Ferrante; Fearnside, 2020; Khoo; Floss, 2022) ou em seu desrespeito às mulheres, às minorias étnicas e à ciência (Rodrigues, 2022). Entretanto, parece evidente que o apoio político e financeiro de setores econômicos a um levante antidemocrático esteja fortemente relacionado à agenda anti-socioambiental de políticos brasileiros de extrema direita (Fernandes *et al.*, 2023). Diante disso, destacamos a congruência espacial entre as taxas de desmatamento durante o mandato de Bolsonaro, e as regiões biogeográficas onde a extrema direita obteve a maioria dos votos no primeiro turno das eleições presidenciais de 2022, especialmente na Amazônia Legal. Isso não apenas indica onde se encontra uma parte substancial do apoio econômico e político a uma agenda anti-ambiental de extrema direita no Brasil, mas também ajuda a entender o endosso declarado e subliminar dos líderes de extrema direita a uma agenda política de práticas ambientais predatórias escondidas sob um discurso ultranacionalista (Mitidiero Jr; Goldfarb, 2021; Pompeia, 2024).

Os resultados do primeiro turno das últimas eleições presidenciais brasileiras, em 2 de outubro de 2022, destacaram a divisão do país em regiões eleitorais que concentraram votos no ex-presidente de extrema direita Jair Bolsonaro e aglomerados de municípios com

maior apoio ao líder tradicionalmente identificado com a esquerda, Lula da Silva. Lula saiu vitorioso e foi eleito para seu terceiro mandato presidencial (2003-2006; 2007-2010; 2023-2026), representando uma coalizão de partidos do centro à esquerda, essencialmente em torno de uma agenda democrática, mas também comprometida com demandas sociais e de proteção ambiental. Com exceção da Caatinga, onde Lula venceu em 97,2% dos municípios, os resultados eleitorais foram mais equilibrados nos outros biomas, ou ecorregiões do país. Considerando os 764 municípios da Amazônia Legal, Lula venceu em 499 (65,3%) municípios, onde se encontra a maior parte da Amazônia mais preservada. Enquanto isso, Bolsonaro venceu em 265 municípios (34,7%) que concentram 70% da perda de floresta na Amazônia nos 36 anos anteriores às eleições (1985 - 2021; Projeto MapBiomas, 2022).

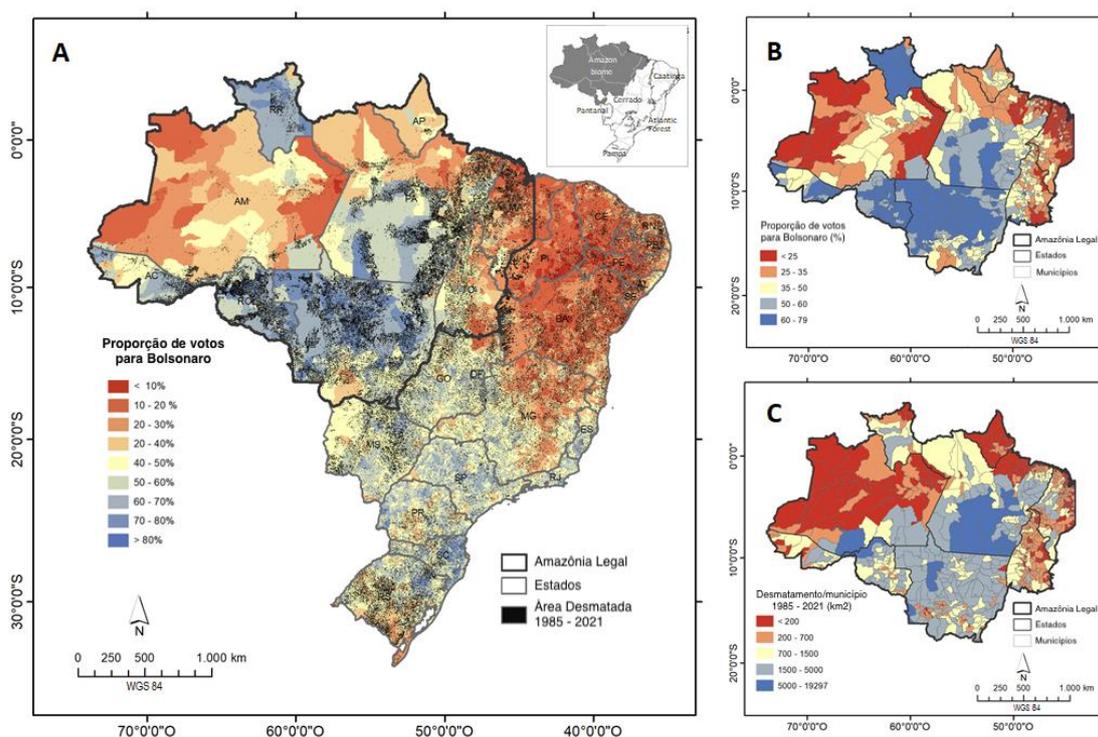
Na Amazônia Legal, os municípios com maior proporção de votos em Bolsonaro estão no chamado Arco do Desmatamento e ao longo das rodovias BR163 e BR319 (Mapa 1A) (Ferrante; Andrade; Fearnside, 2021), onde ocorreu a maioria dos crimes e escândalos ambientais no Brasil durante o mandato de Bolsonaro, como o mundialmente conhecido “Dia do Fogo” (Motoki, 2023). A relação espacial entre a proporção de votos em Bolsonaro e a perda total de floresta em 36 anos nos municípios da Amazônia Legal é confirmada por um Coeficiente de Correlação de Spearman de 62% (Mapa 1, B e C). No mesmo período, houve uma perda média de 19,9% da área de vegetação nativa nos municípios onde Bolsonaro venceu, o que é cerca de três vezes maior do que a perda média nos municípios onde Lula venceu (6,3%) (Figura 1). Um resultado semelhante foi observado no segundo turno das eleições presidenciais, em 30 de outubro. No entanto, diferenças sutis entre os resultados do primeiro e do segundo turnos podem ser atribuídas a campanha política maliciosa ou a ações manipuladoras ilegais com uso da máquina estatal, como, por exemplo, a retenção direcionada de veículos que conduziam prováveis votantes no candidato de oposição por parte da Polícia Rodoviária Federal, por isso concentramos a análise nos resultados do primeiro turno. Entende-se que essa congruência territorial esteja relacionada aos incentivos financeiros e retóricos às práticas predatórias ambientais e a deficiência na aplicação da legislação durante o governo de extrema direita, o que permitiu a ação de grileiros, mineradores ilegais e madeireiros ilegais (Mitidiero Jr.; Moizés; Martins, 2022; Instituto Escolhas, 2022).

Mapa 1

(A) Proporção de votos em Bolsonaro por município no primeiro turno das eleições presidenciais de 2022 (Tribunal Superior Eleitoral - TSE, 2022), sobreposta à área de vegetação nativa desmatada de 1985 a 2021 (Projeto MapBiomias, 2022);

(B) Proporção de votos em Bolsonaro na Amazônia Legal; e

(C) Área total de vegetação nativa desmatada de 1985 a 2021 em cada município da Amazônia Legal.

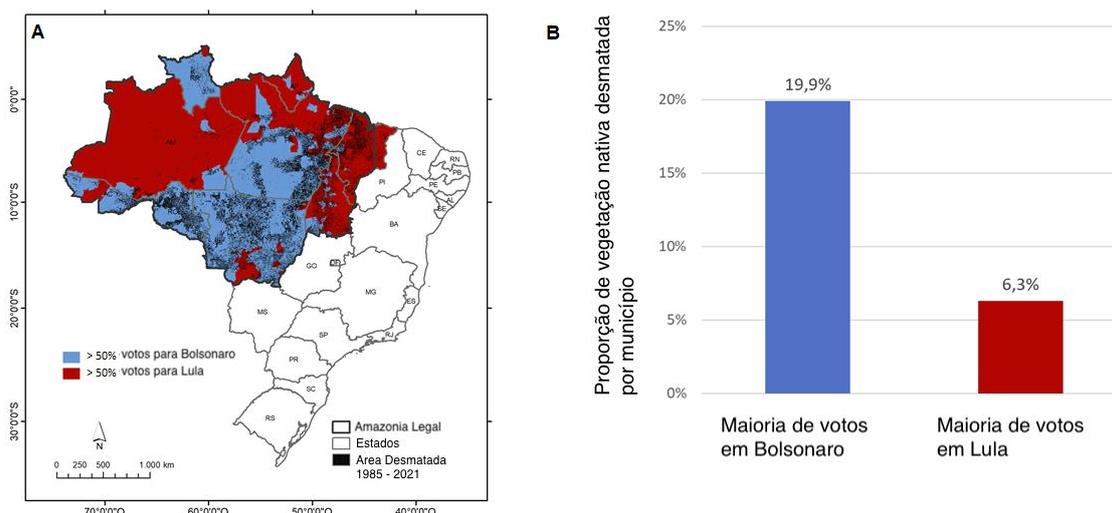


Fonte: TSE (2022); Projeto MapBiomias (2022).

Figura 1

(A) Mapa dos municípios da Amazônia Legal com a maioria dos votos para Bolsonaro, em azul, e para Lula da Silva, em vermelho, no primeiro turno das eleições presidenciais de 2022 (Tribunal Superior Eleitoral, 2022).;

(B) Gráfico de barras com a proporção média de vegetação nativa desmatada por município da Amazônia Legal de 1985 a 2021.



Fonte: TSE (2022); Projeto MapBiomias (2022).

O desmatamento na Amazônia brasileira disparou após a posse da extrema direita e permaneceu acima de 10 mil km²/ano durante todo o mandato de Bolsonaro, taxa que não era alcançada desde 2008 (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE: Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite - PRODES, 2022). No primeiro ano de seu mandato presidencial, a área desmatada atingiu o pico de 10,1 mil km², o que é mais do que o dobro dos 4,6 mil km² desmatados em 2012, durante o mandato da ex-presidente Dilma Rousseff (2011-2015), aliada de Lula. Essa taxa também é cerca de 35% maior do que a média anual de cerca de 7,5 mil km² de área desmatada registrada durante o mandato do presidente de centro-direita Michel Temer (2016-2018). Nos três anos seguintes do mandato a tendência se manteve, com 10,9 mil km² de área desmatada em 2020, 13,0 mil km² em 2021 (taxa mais alta desde 2006, logo no início do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAm), e 11,6 mil km² em 2022. A área desmatada acumulada durante os quatro anos do governo

Bolsonaro foi de cerca de 45,6 mil km², uma área maior do que o estado do Rio de Janeiro ou mais do que o dobro do território de Israel. Além disso, essa área foi 208% maior do que a área desmatada durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014), que totalizou de 21,9 mil km². No primeiro ano do terceiro mandato de Lula (2023), a taxa de desmatamento na Amazônia foi reduzida em 40%, evidenciando a retomada de uma priorização da governança ambiental, mesmo com o reduzido orçamento para fiscalização e combate a crimes ambientais deixado pelo governo anterior.

A maioria dos políticos brasileiros de extrema direita são defensores entusiastas de uma agenda antiquada de exploração madeireira, mineral e fundiária em ambientes de vegetação nativa e usam seu poder político para publicar instrumentos infra-legais e aprovar Leis no Congresso Nacional para desregulamentar a proteção ambiental (Carvalho *et al.*, 2019; Lima *et al.*, 2020). Esse modo de atuação foi definido pelo próprio ministro de Meio Ambiente do governo Bolsonaro, Ricardo Salles, como “ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas”. Além disso, durante o recente mandato desse espectro político no Poder Executivo, nenhuma unidade de conservação federal foi criada e “nem um centímetro a mais de terra indígena” – uma citação do próprio ex-presidente Bolsonaro – foi decretado. Esses são territórios legalmente protegidos onde a biodiversidade é conservada, portanto, a relação lógica é que mais terras protegidas desse tipo são necessárias para resguardar a Amazônia e mitigar, por exemplo, a crise climática. No entanto, sob o governo de Bolsonaro, a proteção ambiental das florestas brasileiras foi profundamente prejudicada, não apenas devido às críticas e ataques políticos do próprio presidente aos órgãos oficiais brasileiros ambientais (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA), espaciais (INPE), indígenas (Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI), geográficos e estatísticos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE), mas também pelo subinvestimento e pela redução de seu poder efetivo operacional e legal. Esses órgãos são responsáveis pela aplicação da Lei, pela formulação e execução de políticas públicas, para o levantamento de informações fundamentais para a gestão do território nacional, e vêm sofrendo com equipes reduzidas por falta de reposição de pessoal via concursos públicos e relativamente mal remuneradas quando comparadas com outras carreiras do serviço público federal.

Durante o governo de extrema direita, o ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles e a ex-ministra da Agricultura Tereza Cristina da Costa Dias deixaram seus cargos com registros profundamente negativos, como o aumento da exploração e exportação de madeira ilegal e a aprovação de centenas de agroquímicos, muitos dos quais proibidos na União Europeia (Bombardi, 2017). Além disso, a pressão política e econômica para invadir e remover comunidades indígenas, tradicionais e camponesas de suas terras resultou em violência contra essas pessoas vulneráveis, que foram constantemente ameaçadas, deslocadas e assassinadas sem nenhuma proteção efetiva por parte das autoridades federais ou locais. Outros crimes também estão territorialmente relacionados à região amazônica onde Bolsonaro teve mais votos, como a escravidão contemporânea historicamente empregada em fazendas de gado associadas à grilagem de terras, ao desmatamento ilegal e aos incêndios florestais (Oliveira, 1997; Comissão Pastoral da Terra - CPT, 2024). A associação de destruição ambiental e crimes contra a humanidade no Brasil são as bases para uma das maiores concentrações de terras do mundo (OXFAM, 2016). A maioria dessas grandes propriedades está localizada no ecótono Amazônia-Cerrado e é usada para a criação de gado e a produção de culturas de commodities (principalmente soja) para exportação. Juntamente com o uso de mercúrio na mineração ilegal de ouro, o uso de agroquímicos pelo agronegócio é uma enorme ameaça à biodiversidade dos rios e às comunidades locais dependentes da pesca, como ribeirinhos e povos indígenas (Bombardi, 2017). A Amazônia é o bioma brasileiro com o maior aumento proporcional no número de propriedades rurais por município que utilizam agrotóxicos em suas lavouras, e também o bioma com o maior aumento no número de pessoas intoxicadas por agrotóxicos, em uma autêntica “violência silenciosa” como proposto por Bombardi (2017).

A vida bucólica representada em campanhas publicitárias, que serve como propaganda para o agronegócio brasileiro, apresenta uma mistura de valores tradicionais e pioneirismo antigo com equipamentos de alta tecnologia e sucesso financeiro. Esta estética é confrontada ética e numericamente pelo aumento da violência no campo brasileiro (CPT, 2024). O número de estandes de tiro, em geral frequentados por cidadãos de maior renda apoiadores da extrema direita, aumentou vertiginosamente na fronteira agrícola amazônica depois que o governo de Bolsonaro desregulamentou as Leis de controle de armas. Além disso, ao longo da rodovia Cuiabá-Santarém, onde a maior parte

da colheita é transportada em caminhões para deixar o país pela bacia do rio Amazonas, outdoors com dizeres fascistas foram fixados perto de silos de soja. “Deus, Pátria, Família” – lema da Ação Integralista Brasileira, movimento fascista brasileiro da década de 1930 – é frequentemente usado por líderes de extrema direita e seus seguidores. O medo e a tensão aumentaram entre os povos indígenas, comunidades tradicionais e camponesas, ambientalistas, cientistas ambientais, agentes públicos e jornalistas (Mitidiero Jr.; Moizés; Martins, 2022).

A eleição de políticos de extrema direita em municípios brasileiros com altas taxas de desmatamento pode fortalecer políticas anti-ambientais e colocar em risco não apenas um enorme patrimônio cultural e ambiental, mas também vidas humanas. Essa associação foi comprovada nos últimos anos na Terra Indígena Yanomami, com a escalada do garimpo ilegal e a falta de assistência governamental, levando à morte escandalosa de centenas de indígenas e comprometendo a governança territorial e ambiental na região. A continuidade e o fortalecimento dessas políticas devem levar, em poucos anos, a Amazônia a um ponto de não retorno¹⁷ para sua recuperação e manutenção de seus serviços ecossistêmicos, gerando impactos ambientais, sociais e econômicos irreversíveis, e trazer graves contribuições adversas para a crise climática (Lovejoy; Nobre, 2018; *Science Panel for the Amazon*, 2021; Boulton; Lenton; Boers, 2022; Flores *et al.*, 2024). Assim, a continuidade do apoio, inclusive eleitoral, a posições políticas alinhadas como as aqui descritas pode levar à perda irreversível da biodiversidade e a impactos negativos na produção brasileira de alimentos e de energia. Esse risco virá à tona novamente em outubro de 2024, quando os mais de 5.500 municípios brasileiros escolherão seus prefeitos e câmaras municipais, o que é altamente influenciado pelas eleições nacionais anteriores e geralmente tem um efeito eleitoral decisivo nas eleições seguintes.

Nos anos anteriores aos governos de direita (2003-2015), a proteção da Amazônia – evidenciada pela drástica redução nas taxas de desmatamento, criação de áreas protegidas e políticas para os territórios indígenas – foi acompanhada pelo aumento na produção de carne bovina e de grãos. Estes avanços simultâneos foram forçados por políticas e investimentos governamentais para instituições de ciência, tecnologia,

¹⁷ Um “ponto de não retorno” é compreendido como o limite crítico de estresse ambiental em que uma pequena perturbação pode causar uma mudança abrupta no ecossistema, acelerada por feedbacks positivos e entrando em uma fase de autorreforço descontrolado, com o ecossistema perdendo progressiva e irreversivelmente a sua resiliência, embora ainda permaneça teoricamente próximo do equilíbrio (Flores *et al.*, 2024).

educação e pesquisa, concomitantes com vultuosos incentivos econômicos para o setor produtivo rural, principalmente para grandes monoculturas de exportação. No entanto, parte expressiva desse aumento na produção vem, obviamente, causando graves problemas socioambientais. Apesar disso, no Brasil, há uma forte articulação política entre sindicatos, movimentos sociais e alguns políticos comprometidos com uma reforma agrária baseada em uma produção agroecológica, promoção da agricultura familiar e na proteção dos direitos dos trabalhadores rurais, camponeses e povos indígenas. No início dos anos 2000, por meio dos movimentos sociais no campo, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um número elevado de camponeses obteve o direito de ter um pedaço de terra por meio dos Projetos de Assentamento Rurais, passando da condição de sem-terra para a de pequenos produtores rurais. Assim, o que parece ser uma formulação política utópica, conciliando as demandas dos ambientalistas, dos cientistas, dos camponeses e de produtores rurais que não adotam tecnologias destrutivas da natureza, pode não ser impossível.

O futuro da Amazônia depende do sucesso da atual administração federal do Brasil em formular e implementar políticas para proteger a biodiversidade amazônica e seus povos. Os discursos de Lula nas Conferências das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas COP27 (Egito, 2022) e COP28 (Emirados Árabes Unidos, 2023) e parte dos resultados ambientais no primeiro ano de seu terceiro mandato (2023) indicam o compromisso de reduzir a contribuição brasileira para a perda de biodiversidade e a crise climática global. No entanto, ainda há uma lacuna entre o discurso do Brasil no cenário internacional e suas ações concretas para combater as mudanças climáticas e garantir a conservação da biodiversidade e da sociobiodiversidade (Machado *et al.* 2024). Neste contexto, os políticos de extrema direita ainda são uma força relevante no país (Pompeia, 2024) e a democracia brasileira, a biodiversidade e as comunidades vulneráveis ainda estão em risco. Governadores de estado, prefeitos, membros do congresso, tribunais locais e forças econômicas – como o agronegócio, o setor de infraestrutura, o lobby do mercado financeiro e outros apoiadores financeiros políticos – podem contribuir decisivamente (ou não) para controlar o desmatamento em nível regional, aprovando e fazendo aplicar Leis para fortalecer ou enfraquecer a proteção ambiental. Este momento histórico no Brasil chama a atenção do mundo, pois o apoio financeiro e político externos, juntamente com as políticas e os compromissos que o Estado brasileiro deve assumir, são

cruciais para consolidar a jovem democracia do país em torno de um desenvolvimento socioeconômico que garanta justiça social e ambiental, com melhor distribuição da riqueza, respeito ao seu povo multiétnico e proteção à sua admirável biodiversidade, que estão, em boa parte, concentradas em terras públicas legalmente protegidas da Amazônia, como unidades de conservação e territórios indígenas.

Referências

BOMBARDI, L. M. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. 2017. 296f. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo (USP/FFLCH), São Paulo, 2017.

BOULTON, C. A.; LENTON, T. M.; BOERS, N. Pronounced loss of Amazon rainforest resilience since the early 2000's. **Nature Climate Change**, 12: 271-278, 2022. <https://doi.org/10.1038/s41558-022-01287-8>

CARVALHO, W. D.; MUSTIN, K.; HILÁRIO, R. R.; VASCONCELOS, I. M.; EILERS, V.; FEARNSIDE, P. M. Deforestation control in the Brazilian Amazon: A conservation struggle being lost as agreements and regulations are subverted and bypassed. **Perspectives in Ecology and Conservation** 17(3): 122-130, 2019. <https://doi.org/10.1016/j.pecon.2019.06.002>

CPT - Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo Brasil 2023**. Goiânia: CPT, 2024.

FERNANDES, G. W.; DE OLIVEIRA ROQUE, F.; FERNANDES, S.; DE VIVEIROS GRELLE, C. E.; OCHOA-QUINTERO, J. M.; TOMA, T. S. P.; VILELA, E. F.; FEARNSIDE, P. M. Brazil's democracy and sustainable agendas: A nexus in urgent need of strengthening. **Perspectives in Ecology and Conservation**, v. 21, ed. 3, jul./set.2023, p.197-199. <https://doi.org/10.1016/j.pecon.2023.06.001>

FERRANTE, L.; FEARNSIDE, P. M. 2020. Protect Indigenous peoples from COVID-19. **Science**, 368: 251, 2020. <https://doi.org/10.1126/science.abc0073>

FERRANTE, L.; ANDRADE, M. B. T.; FEARNSIDE, P. M. Land grabbing on Brazil's Highway BR-319 as a spearhead for Amazonian deforestation. **Land Use Policy** 108, set. 2021: 105559. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2021.105559>

FLORES, B.; MONTROYA, E.; SAKSCHEWSKI, B.; NASCIMENTO, N.; STAAL, A.; BETTS, R. A.; LEVIS, C.; LAPOLA, D. M.; ESQUÍVEL-MUELBERT, A.; JAKOVAC, C.; NOBRE, C. A.; OLIVEIRA, R. S.; BORMA, L. S.; NIAN, D.; BOERS, N.; HECHT, S. B.; TER STEEGE, H.; ARIEIRA, J.; LUCAS, I. L.; BERENQUER, E.; MARENGO, J. A.; GATTI, L. V.; MATTOS, C. R. C.; HIROTA, M. Critical transitions in the Amazon forest system. **Nature**, v. 626, p. 555–564, 2024. <https://doi.org/10.1038/s41586-023-06970-0>.

INPE – Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais. **PRODES** - Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. 2022, Disponível em: <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/downloads/> Acesso em: 10 ago.2022.

INSTITUTO ESCOLHAS. **Raio X do Ouro**: mais de 200 toneladas podem ser ilegais. Instituto Escolhas, São Paulo, 2022, 22p.

KHOO, S.; FLOSS, M. Surviving Necropolitical Developments amid Democratic Disinformation: A Pandemic Perspective from Brazil. *In*: MCCANN, G.; MISHRA, N.; CARMODY, P. (eds.). **COVID-19, the Global South and the Pandemic's Development Impact**. Bristol University Press, Bristol, UK. p: 9-23, 2022.
<https://doi.org/10.2307/j.ctv2x8v634.8>

LIMA, M.; DA SILVA JR, C. A.; PELISSARI, T. D.; LOURENÇONI, T.; LUZ, I. M. S.; LOPES, F. J. A. Sugarcane: Brazilian public policies threaten the Amazon and Pantanal biomes. **Perspectives in Ecology and Conservation** 18(3): 210-212, 2020.
<https://doi.org/10.1016/j.pecon.2020.06.002>

LOVEJOY, T. E.; NOBRE, C. Amazon Tipping Point. **Science Advances** 4(2), 2018.
<https://doi.org/10.1126/sciadv.aat2340>

MACHADO, F. de F.; TERRA, M. C. N. S.; RODRIGUES, A. F.; FEARNSIDE, P. M.; PINTO, L. F.G.; BISPO, P. da C.; FALEIRO, F. V.; COUTINHO, A. G.; REGOLIN, A. L.; JARAMILLO-GIRALDOD, C.; MELO, F. R.; MELO, F. P. L.; VIEIRA, I. C. G.; MONTEIRO, L. M.; BARBOZA, L. G. A.; VENZON, M.; VIEIRA, R. R. S.; CORRÊA, R.; PESSOA, S. M.; PELICICE, F. F. Beyond COP28: Brazil must act to tackle the global climate and biodiversity crisis. **npj biodiversity** 3, 19 (2024).
<https://doi.org/10.1038/s44185-024-00051-9>

MITIDIERO JR.; M. C.; GOLDFARB, Y. **O Agro Não É Tech, O Agro Não É Pop E Muito Menos Tudo**. São Paulo: Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), Friedrich Ebert Stiftung, 2021, 40p.

MITIDIERO JR., M. C.; MOIZÉS, B. da C.; MARTINS, L. A. When crime becomes law: Legislative attacks on rural peoples' rights and on nature in Brazil. **Criminological Encounters**, 5(1): 90-108, 2022. <https://doi.org/10.26395/CE22050107>.

MITTERMEIER, R. A.; MITTERMEIER, C. G.; ROBLES GIL, P.; PILGRIM, J.; DA FONSECA, G. A. B.; BROOKS, T.; KONSTANT, W. R. (eds.). **Wilderness: earth's last wild places**. CEMEX, Agrupación Serra Madre, S. C., Mexico, 2002.

MITTERMEIER, R. A.; ROBLES GIL, P.; HOFFMANN, M.; PILGRIM, J.; BROOKS, T.; MITTERMEIER, C. G.; LAMOREUX, J.; DA FONSECA, G. A. B. (eds.). **Hotspots revisited** – Earth's biologically richest and most endangered terrestrial ecoregions. CEMEX, Agrupación Serra Madre, S. C., Mexico, 2005.

MOTOKI, C. **Dicionário político da Articulação Agro é Fogo**. 2023, 40p. Disponível em: <https://agroefogo.org.br/download-dossie/> Acesso em: 20 mar. 2024.

OLIVEIRA, A. U. **A Fronteira Amazônica Mato-Grossense: Grilagem, Corrupção e Violência**. 1997. Tese de Livre Docência, Departamento de Geografia, FFLCH, Universidade de São Paulo. São Paulo.

OXFAM. **Terrenos da desigualdade: Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural**. 2016. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/publicacao/terrenos-da-desigualdade-terra-agricultura-e-desigualdade-no-brasil-rural/> Acesso em: 11 out. 2022.

POMPEIA, C. Agri-bolsonarism: a movement led by agricultural elites and far-right politicians in Brazil, **The Journal of Peasant Studies**, p. 1-25, 2024. <https://doi.org/10.1080/03066150.2023.2301440>

PROJETO MAPBIOMAS. **Collection 7.0 of the Annual Series of Land Use and Land Cover Maps of Brazil - 1985-2021**. 2022. São Paulo. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/en/> Acesso em: 9 set. 2023.

RODRIGUES, M. Bolsonaro's troubled legacy for science, health and the environment. **Nature**, v. 609 (7929): 890-891, 2022. <https://doi.org/10.1038/d41586-022-03038-3>

SCIENCE PANEL FOR THE AMAZON. **Executive Summary, Amazon Assessment Report 2021**. United Nations Sustainable Development Solutions Network (SDSN), New York. 48p.

TSE - Tribunal Superior Eleitoral. **Resultados**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/#/>. Acesso em: 13 out. 2022.